

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte três, reuniram-se no Plenarinho da Câmara Municipal de São José dos Pinhais para a 1ª Reunião Ordinária do Pleno, os membros do Conselho Municipal de Educação: Afonso Rendak, Aldren da Cruz Singer de Mello, Angela Pereira Branco, Ana Lucia Rodrigues, Clície Maria C. Negoseki, Domingas de F. C. Amaral, Fábio Braun, Isabel Cristina Z. Trevisan, Izala Sidinéia Ramos Pampuch, José Roberto Eduardo, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marillette Kuhn, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Miliana de Cássia Soares, Mônica Taís Neves da Silva, Queila Cristina I. B. Martins, Rodrigo Cardozo Gomes, Stela Regina G. Wontroba, Taiane Fátima Kusma e a convidada Fabíola Perdigão Flor.

A Primeira Reunião Ordinária de 2023 inicia com a Presidente Ana Lucia Rodrigues agradecendo a presença dos convidados: Vereador Wellington, Vice prefeito Professor Assis e o Secretário da Educação Aldrian. A Presidente Ana Lucia passa a palavra para o Vice Prefeito, professor Assis, ele agradece o trabalho voluntário feito pelo Conselho de Educação e se coloca a disposição para ajudar no que for preciso, deseja sucesso e uma tarde produtiva. Na sequência o Vereador Wellington cumprimenta a todos os presentes, reafirma que a Comissão de Educação e o Conselho de Educação, terão muito trabalho neste ano, comenta sobre algumas demandas do ano passado com o Secretário, e diz que o ano vai ser bem trabalhoso, e afirma que não há oposição, o trabalho será feito em conjunto, com o Conselho, Secretário e Prefeita Nina, pois o objetivo é juntar esforços e auxiliar para trazer resultados positivos para a Educação de São José dos Pinhais e se coloca a disposição para auxiliar. O Secretário Aldrian cumprimenta a todos e reitera o seu apoio e confiança no Conselho por ser um órgão democrático com todas as representatividades das pessoas que estão representando os segmentos, pois é através desse diálogo que faz com que as coisas aconteçam, existem críticas, orientações, realinhamentos, mas várias mentes pensando junto chegam a caminhos e resultados melhores, cita sobre a demanda do CEMITRA, o qual estão trabalhando desde o ano passado e já está aprovado pela prefeita a ampliação, diz que as demandas que chegam são sempre bem vindas e reitera mais uma vez a sua disposição para que se construa junto um Educação cada vez melhor. A Presidente Ana Lucia coloca para o Professor o Wellington que quando for apresentado na Câmara qualquer projeto sobre Educação, que seja encaminhado ao Conselho e a Secretaria, para que possam ouvir, pois se sair alguma Lei referente à Educação sem consulta no Conselho é desrespeitar o Conselho e a Secretaria também que precisar articular para verificar a necessidade e urgência. A Vereadora

Fátima entra na reunião e a Presidente Ana Lucia a convida para dar uma palavrinha. A Vereadora Fátima cumprimenta a todos e diz que após 6 anos na casa, hoje está na Comissão de Educação, deseja muito trabalho e sucesso ao Conselho, e se coloca a disposição para contar com ela. A Presidente Ana Lucia continua a fala dizendo da necessidade dos projetos irem para discussão, pois aconteceu em dois projetos, por isso é importante ampliar porque o Conselho tem diferentes segmentos, então é discutido e verificado se é realmente necessário para o Conselho, e coloca a disposição para dialogar com a Secretaria também. A Presidente Ana Lucia coloca que a convite da Prefeita a próxima reunião será no gabinete e também será 30 anos do Conselho, e convida todos novamente se quiserem comparecer. O Conselheiro Luiz interrompe a reunião para entregar um presente para a Ana em nome de todos os Conselheiros e Diretoras de Departamentos, em seguida é cantado Parabéns. A Presidente Ana Lucia agradece a todos e a Deus pelos seus 58 anos. A Presidente Ana Lucia dá continuidade à reunião conferindo a lista de presença e informa que os Conselheiros, Marinês e o José vão responder como titulares. Segue para a aprovação da ata, dizendo que não houve sugestão, recomendação de alteração, e pergunta se há alguém contrário, em seguida a ata do dia 15/12/22 é aprovada por unanimidade. Na sequência a próxima pauta é sobre o calendário do Conselho Municipal de Educação, é colocado que foi aprovado na última reunião que seria todas as primeiras quintas-feiras do mês com horário alterando entre manhã e tarde, mas tem um problema com a Comissão dos vereadores, pois se for na terça ou quinta de manhã, eles não podem participar. O Conselheiro Fábio coloca que para ele na quinta-feira é complicado, A Presidente Ana Lucia diz que pode ser colocado as extraordinárias, caso ocorram, pela manhã em outro dia, quarta ou segunda, e as ordinárias no período da tarde, e que as extraordinárias pode ser consultado para fazer on-line e facilitar para todos, mas que conversando com a Conselheira Miliana, foi verificado que este ano ficaria melhor nas segundas quintas-feiras do mês, pois esse ano a maioria das primeiras é feriado e acaba ficando para a segunda quinta-feira, então propõe que seja mudado para as segundas quintas-feiras do mês, pergunta se há alguém contrário, ninguém se manifesta. Segue-se para a próxima pauta, sobre o plano de trabalho do Conselho, a Presidente Ana Lucia diz que o Plano de trabalho elaborado o ano passado, algumas coisas não se conseguiu fazer, tinham 35 itens no Plano anterior, e ficaram 10, então a proposta é terminar, mas se surgir alguma coisa mais urgente já coloca no Plano de Trabalho, a preocupação do Conselho é já fazer os encaminhamentos, o que for Educação Infantil, já pode discutir, o que for do Fundamental já dá para reunir as Câmaras e a questão da legislação de Normas das nossas Câmaras, quem quiser participar sem fazer parte de alguma

Câmara, pode participar, só não tem direito ao voto, mas pode falar, participar, ouvir, por isso temos essas Câmaras, o assunto vai para estudo e depois retorna para o Conselho Municipal de Educação. A Presidente Ana Lucia coloca a situação que os Conselheiros Angela, Clicie e José solicitaram, sobre os documentos serem escaneados e mandados para todos no e-mail, “a Angela me ligou a gente discutiu e eu falei que faria uma consulta com os Conselheiros, no regimento prevê que quem faz a organização é o Presidente, eu fiz consulta em outros Conselhos, no Conselho Estadual de Educação, no Conselho de Araucária, no de Londrina e de Piraquara, Cascavel também, mas ela não me respondeu, em Piraquara, eles não encaminham, no Conselho Estadual de Educação, eles encaminham alguns documentos, e outros não, por questão de segurança, lei de proteção de dados, o de Londrina encaminhava, mas com a LGPD, eles não encaminham mais, porque tiveram problemas, assim como Araucária que encaminhava tudo e teve vários problemas de cair na rede, e depois que caiu na rede a gente não consegue descobrir qual Conselheiro que encaminhou, é difícil, e isso envolve processo judicial por causa da Lei de Proteção de Dados, Londrina também teve problemas, os Conselheiros deliberaram que não, porque teve Conselheiro processado por isso, o Conselho também, por causa da divulgação de dados, seja de aluno, professor, daquilo que a gente está estudando, qualquer documento que vem aqui para vocês, a gente procura colocar na Câmara, e quem quiser, como foi colocado no e-mail, pode marcar um horário e vim até o Conselho para olhar os documentos, sem problemas, mas eu queria ouvir de vocês, o que vocês pensam disso, porque se refere à questão de mais tarde ter problemas para os Conselheiros.” A Conselheira Angela pede a fala e diz que foi até o Conselho para olhar os documentos, conforme conversado por telefone, e coloca duas situações: “uma são documentos que envolvem a nossa decisão, mas não há nada de sigiloso lá, ou alguma informação que seja delicada, são duas situações diferentes e outras são documentos que é da Secretaria, ou algum outro órgão, alguma coisa para deliberar, pedido de alguma coisa, ou algo do gênero. A meu ver são dois tipos de documentos, no primeiro tipo de documento, eu não vejo problema nenhum, uma vez que todos os Conselheiros que estão aqui sabem o que estão fazendo aqui, tem que ter a responsabilidade do sigilo, esse é o meu pensamento, porque todos os que estão aqui precisam ter essa consciência, como que você vai pegar um documento que não foi deliberado, que não tem uma decisão, você precisa ter acesso e ler antes, para poder deliberar aqui com consciência, você pegar e divulgar antes, pra mim é sem lógica, eu acho que daria sim para digitalizar esses documentos que não sejam tão sensíveis, às vezes tem alguma criança com alguma coisa, algum fato que não poderia, esse tipo poderia ser deixado à parte, a disposição dos Conselheiros, e quando chegarem na

reunião podem ler ou ir antes até o Conselho, essa é uma situação, não digitaliza e não repassa, por conta dos fatos ou dados que tiverem lá, os demais, eu não vejo problema dos Conselheiros terem acesso com antecedência para chegar na reunião com consciência do que está fazendo e vai deliberar, sabendo antes o que está sendo discutido, porque às vezes lendo, sempre tem alguém conversando, alguma coisa acontecendo, por mais que você leio o documento, é complicado, porque que tem que deliberar naquele ato, se concorda ou não concorda, às vezes você sabe o que está falando, não entende tudo o que está escrito ali, então vai com a maioria, é complicado porque a gente também responde pelas nossas deliberações e pelas nossas decisões, como Conselheiros, aqui todo mundo é o Pleno, se um responde, todo mundo responde junto, a minha opinião é essa, tem os documentos que não faz a menor diferença de estar ali, você manda com antecedência para a gente ter consciência, aquele que é mais delicado a situação, deixa disponível em cima da mesa para quando chegar na reunião ou vai até o Conselho para poder ler.” O Conselheiro José reforça a fala da Angela e diz ser complicado definir o que pode e não pode sair do Conselho, e acha que o risco que existe no e-mail dos Conselheiros, existe também na reunião, “porque eu posso pegar o documento, tirar uma foto e levar comigo, no e-mail o risco pode ser bem maior, mas existe nas duas situações e são vários Conselheiros, se for agendar para ir ao Conselho, alguém não vai poder, porque temos as demandas dos nossos setores, esses Conselhos que não disponibiliza os documentos eu entendo a razão deles fazerem isso, mas eu acho que a gente pode fazer diferente.” A Presidente Ana Lucia coloca que para tirar foto, só se tirar foto lá, mas de qualquer forma isso é responsabilidade de quem for lá conferir, porque é sigiloso, pode prejudicar a questão de funcionamento de propostas apresentadas pelos Departamentos de Educação e isso é preocupante nos Municípios, porque cai na rede antes do Conselho votar e acaba com o projeto, proposta de trabalho. O Conselheiro José diz que os documentos que estão em elaboração, que passam pelo Conselho para deliberar se concorda ou não, acha que esses documentos pode deixar da forma que só tenha acesso no dia da reunião ou indo até o Conselho pessoalmente, e como a Angela falou, os ofícios e documentos que já estão prontos, que só precisa ler e dar o nosso parecer, acha que os Conselheiros poderiam ter acesso antes. A Presidente Ana Lucia coloca que precisa ouvir os demais Conselheiros, porque tem uma demanda grande, o Conselho não funciona só para o Conselho, tem outras demandas, então gostaria de ouvir. O Conselheiro Fábio diz que independente se o documento é sigiloso ou não se não foi publicado pela prefeitura, tem que verificar bem o que diz a lei do sigilo, “se esse documento pode acarretar para a gente, pois uma vez teve vazamento de uma proposta no Conselho, deu maior

bafafá depois, foi uma Conselheira que divulgou, deu maior confusão, aí foi barrado filmagem, foi votado pelo Conselho e foi proibido filmar e fotografar, por causa desse vazamento, precisa ver se o documento se enquadra dentro da lei de sigilo, senão vai dar complicação para todo mundo, sei que é complicado a gente vim aqui sem saber o que é, mas tem tomar cuidado para a gente não fazer uma coisa que a lei não nos protege, a gente vai responder, tem que tomar cuidado nesse tipo de documento, até concorda que teria que mandar para a gente ver, mas ao mandar esse documento tem que ver se não vai acarretar alguma responsabilidade para cima de nós depois, independente se já foi publicado, se pode ser publicado, de repente alguém pode esquecer o e-mail aberto, aí está feita a confusão.” A Conselheira Angela diz que é de responsabilidade de cada um e entra na questão ética de cada pessoa. A gente responde até pela deliberação de documento que é apresentado aqui. O Conselheiro Fábio complementa dizendo que depois ninguém queria assumir, deu maior confusão porque não tinha sido votado ainda. A Conselheira Angela coloca novamente que são duas situações, documentos críticos, e alguns como os quais leu hoje, que não havia nada de informação que por mais que vazasse não iria causar problema, duas situações diferentes, mas documentos que precisavam ser lidos com antecedência, porque serão muitos documentos apresentados e a gente teria que ter ciência pelo menos de alguns, mas calendário, alteração de horário de escola, algumas correspondências que vieram, são coisas que não vê problema, algumas pastas continha informação, essa poderia ficar disponível no dia da reunião ou marcar horário para ver no Conselho. A Conselheira Leila diz que não é favorável ao compartilhamento antes, e dá o exemplo do calendário, que não é legal pegar o calendário da Escola e fazer o compartilhamento, e se fosse a escola dela, não autorizaria, sem contar a Lei de Proteção de Dados, trata-se de ética, mas as vezes as pessoas agem por impulso e essas questões de publicar e divulgar, e depois de jogado na rede, já era, não é só a pessoa que responde, são todos os CPFs que fazem parte desse Conselho, então acha bem delicado e cita que “na rede particular quando algum funcionário é afastado, eles nem consegue mais dá o suporte a ele para fazer o pedido do processo no INSS, porque a gente não pode ter acesso aos dados dele, a questão da proteção de dados é bem delicada, qualquer coisa hoje em dia é processo, estamos vivendo em mundo que leva tudo a ferro e fogo, é complicado compartilhar.” A Conselheira Mônica sugere que seja colocado em votação. O Conselheiro Luiz contribui dizendo que precisa atentar sobre a Lei de Proteção, o que ela diz sobre a responsabilidade de cada um, e enquanto colegiado acredita que se for pensar na questão jurídica ele iria para responsabilidade solidária, mas sempre vale o Pleno. A Conselheira Aldren complementa dizendo que concorda com o que o Luiz

falou, e qualquer coisa que não seja pertinente, não esteja autorizado a repassar, pode sofrer um processo judicial, então precisa avaliada a informação que vai ser passada para os demais. A Conselheira Ana Lucia diz que achou importante fazer a consulta com outros conselhos para ver como funciona e ela ouviu coisas diferentes, o Conselho Estadual, não compartilha todos os documentos, tem outro tipo de funcionamento, trabalham só para o Conselho e ficam à disposição, no primeiro dia eles recebem os documentos para terem a discussão durante a semana, por isso que eles ganham jetom, aqui no Paraná não existe mais conselho com jetom, até por uma questão de disposição. E diz para a Conselheira Mônica que pode-se ou não fazer a votação, e que trouxe para consulta, pois queria ouvir os conselheiros, mas na questão de organização a própria lei diz que o Presidente decide, mas que irá fazer a votação. A Presidente diz ter uma preocupação muito grande, e como o Fábio citou na época ela era conselheira e teve que responder, e como a Leila disse hoje tudo é processo. O Conselheiro Fábio diz que hoje muitos recebem e-mail pelo celular, e muitos celulares são clonados, então o e-mail pode ficar disponível para uma pessoa a qual nunca vai saber, então precisa tomar muito cuidado e ver o que diz a lei, pois é bem complexa, ele teve que se readaptar em sua empresa. A Presidente Ana Lucia então coloca para votação para que responda se é favorável ao compartilhamento ou se não é favorável ao compartilhamento dos documentos. Na contagem dos votos, são 6 votos favorável e 9 votos não favorável, a Presidente anuncia que então os documentos não serão compartilhados, mas vão estar a disposição no Conselho para quem marcar horário, e diz que também vai colocar um limite de até quando chega os documentos, pois é feito uma pauta e encaminhado, mas vão chegando outras. Na seqüência, A Presidente Ana Lucia apresenta o Plano de trabalho do Conselho o item, Organização as Câmaras para 2023, e comenta que já vai fazer isso para ver se vai ter alteração ou não, vistoria nas Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Educação de SJP; já está acontecendo, então precisa organizar as equipes, porque tem obras e é a nossa função enquanto Conselho fazer isso. O Monitoramento e avaliação do PME; já começou os encaminhamentos para a organização do Fórum. Segurança nas Unidades de Ensino Pública; essa demanda a gente sempre recebe, então conversamos com a Secretaria para ver como que está. A Presidente avisa que essa deliberação está do Diário Oficial para consulta de todos, e continua lendo o próximo item; Decreto Municipal nº 920 que regulamenta o artigo 45 da Lei nº 525/2004; comenta que o Conselho precisa estar de acordo e sempre conversando com a Secretaria Municipal de Educação. Participação na elaboração da LOA/LDO – aumentar o valor dos Conselho; Terminalidade da EJA – Escola Municipal Madre Paulina; comenta que precisa ser revisto o Parecer. A Conselheira Clície comenta que

“teve uma reunião o ano passado sobre assunto, pois teriam 12 estudantes que completariam 25 anos e foi feito desde 2021 o tencionamento com a Assistência Social, mas não caminhou para lado nenhum a Assistência Social teria que promover a Política Pública, que é o Centro de convivência, teve uma reunião com a Prefeita e ela pediu para que a Educação tomasse conta do que deveria ser feito para esses adultos quando saem, já tem um projeto, um local, foi solicitada a reforma e nesse local será montado um Centro, uma extensão do CEMITRA, com outras modalidades de atendimento, para acolher os estudantes egressos da Madre Paulina.” A Presidente Ana Lucia continua leitura: Deliberação da EJA, e confirma com a Marinês que tem que sair imediatamente. A Reestruturação CME/SJP – cumprimento Lei 3.055/18; comenta que é em relação à ASSEPART, que pedem uma cadeira dentro do Conselho, tem duas do SINEPE, então vamos ter que conversar. Autonomia Financeira CME/SJP; isto está previsto na lei do Conselho. Organização das turmas (períodos) nas Unidades Públicas de Ensino; já foi feito o ano passado, então todas tem que ter as etapas/anos, nos dois períodos, manhã e tarde. A Conselheira Marillette, comenta sobre uma demanda que chegou no NUDCAI, e de repente poderia ser uma pauta para se discutir, “uma escola ligou perguntando se tinha alguma coisa dentro da lei para poder pegar os pais, aqueles que trouxeram os alunos menores para de manhã, não tem quem venha buscá-los na hora do almoço porque não bate com o horário de trabalho deles, a gente até perguntou para um juiz que veio dar palestra na semana passada, se existia alguma lei, porque procuramos lá no NUDCAI e não encontramos nenhuma lei que diga, a não ser a questão do abandono de incapaz, mas nada específico com a questão do ir e vir da criança sem um adulto para vigiar ela, tem algumas escolas bem preocupadas em relação a isso de como se organizar, a gente orientou que seja feito uma ata, responsabilizando esse pais caso aconteça algum problema na ida ou vinda dessas crianças sozinhas para a escola, mas se levantou um problema em relação a isso e acho que seria uma pauta para discutir aqui no Conselho, de repente criar uma lei municipal ou da própria Secretaria da Educação, responsabilizando essas famílias, caso venha acontecer alguma coisa com essas crianças menores na saída ou na vinda para a escola.” A Presidente Ana Lucia fala para a Conselheira Aldren que seria uma pauta para vereador. O Conselheiro José conta que: “essa semana pedi no grupo o contato de algum Conselheiro tutelar, porque sempre tem a situação no transporte Especial especificamente de pai que quando chega no ponto, não está esperando para receber o aluno, na terça feira o ônibus chegou, era a primeira da linha a desembarcar, não tinha ninguém, e desde que começamos o atendimento dessa criança é recorrente isso acontecer, não tinha ninguém no ponto, a empresa me ligou perguntando o que

eles faziam, eu pedi para que ele seguisse o roteiro e fosse tentado falar com a mãe e quando ela atendesse, pedir para ela ir até o local que o ônibus estivesse para buscar a menina, assim eles fizeram, foram tentando, os telefones só davam caixa postal, até que conseguimos falar com alguém da família, a mãe quis alegar que ela estava no local aguardando, mas a gente tinha o rastreamento do carro, ele ficou parado lá por 10 minutos, inclusive nenhum local em que não podia ficar parado, falei para ela que ela estava errada e se ela não fosse buscar a filha a gente iria ligar para a guarda Municipal, mas falamos com eles e passaram que não era atribuição deles, então coloquei no grupo, porque no passado quando aconteceu isso, a guarda falou que não era com eles, falamos com o conselho tutelar e disseram que também não era com eles, então quem fica com essa criança? A monitora e o motorista ficam numa situação que não sabem o que fazer, naquele dia tivemos a sorte que a mãe atendeu, mas e se não atendesse, o nós iríamos fazer? A gente precisa ter um suporte, criar um protocolo do que fazer nessas situações, no dia não conseguimos falar com o conselho. A Conselheira Marillette comenta que o conselho tutelar também iria se isentar disso, porque na escola é a diretora quem fica, pois ganha gratificação para isso, diz que: “leve essa pauta para o Aldrian ontem, enquanto NUDCAI, a gente chama a família e vai orientar, mas a questão da “caneta” é o Conselho tutelar que faz, o certo seria o conselho tutelar ficar pois eles tem o poder da caneta, eles que notificam, o NUDCAI não notifica, o transporte não notifica, a Educação não notifica, é uma coisa que teria que ser discutido para criar esse protocolo.” Conselheiro José coloca que outro caso é em relação aos alunos da Educação Especial, “muitas vezes o pai e mãe falam que pode deixar ele desembarcar sozinho, inclusive os alunos do CEMITRA tem independência maior em relação aos da Madre Paulina, a gente insiste que não, precisa ter alguém lá para receber o aluno, porque se acontece alguma coisa com esse aluno, a responsabilidade é de quem deixou ele no ponto, o transporte escolar, temos muita dificuldade com isso.” A Conselheira Clície coloca que quando a pessoa tem laudo, diagnóstico, principalmente se é deficiência intelectual, ela é considerada imputável, alguém tem que responder por ela, mesmo que tenha 21, 22 anos, não consegue tirar carteira de motorista, abrir conta, a responsabilidade é do pai, mãe ou quem tem a guarda. O Conselheiro José então confirma que os alunos da Educação Especial, Madre Paulina ou CEMITRA, independente da idade, precisam ter alguém no ponto para receber. A Presidente Ana Lucia coloca que vão ter que conversar novamente e de novo não tem representante do conselho tutelar, “vamos fazer esse comunicado e convocar o coordenador para vim na reunião do Conselho e a gente faz essas perguntas e ver quais são os encaminhamentos e até aonde a gente pode ir.” O conselho José levanta outra questão, “seria importante que o município

tivesse uma legislação em relação ao transporte escolar, porque hoje o município atende todo mundo, não tem critério para atender, atende quem mora perto, longe, quem tem 30, 60, chega um momento que nós não temos mais espaço no ônibus, incluir os alunos da escola especial é uma questão que todo ano entra aluno, mas quase nunca sai, e o transporte é finito, teria que ver uma limitação de idade, limitação de distância, a questão de renda também, mas hoje não podemos negar porque não tem legislação que respalda.” A Presidente Ana Lucia complementa que é importante levar essas demanda para a Comissão de Educação, e ouvir o pessoal do transporte, em seguida segue para o próximo item do plano de trabalho: Vagas provisórias – Concurso de remoção; comenta que já foi discutido, teve várias demandas, quem era de remoção teve que fazer a escolha depois dos efetivos, Critérios de escolha de turmas EF e ver sobre possibilidade da EI; aconteceu no ano passado, Acompanhamento e avaliação do Referencial Curricular Municipal SJP 2022; já começaram as demandas nos Departamentos, Guarda de Documentos nas escolas – digitalizar; vamos atrás para verificar, o Conselho Estadual já deliberou sobre a questão de digitalizar os documentos para acabar com o papel, Deliberação do Calendário 2024 – CME; Deliberação do Calendário 2024 – Unidades de Ensino Públicas e Privadas; Estudo sobre as classes especiais conforme a LBI 13146/2015; vamos voltar a discutir sobre isso. A Conselheira Clície coloca que tem duas situações parecidas, a das Classes Especiais e outro estudo para as Salas Especializadas. A Conselheira Mônica pergunta se o estudo vai ser feito primeiramente na Câmara de Ensino Fundamental/Especial? A Conselheira Clície responde que a Secretaria manda a proposta e o estudo é feito nas Câmaras. A Conselheira Mônica questiona se o ano passado não foi feito nada. A Conselheira Clície responde que a proposta está pronta, é só mandar para o Conselho. A Presidente Ana Lucia continua a apresentação: Revisão da Deliberação da Educação Infantil nº 03/2015; essa precisa fazer urgente. A Conselheira Mônica pergunta do que se trata. A Presidente Ana Lucia coloca que tem propostas e que vai fazer os encaminhamentos. A Conselheira Miliana responde para a Conselheira Mônica sobre o que se trata a Deliberação 03/2015. A Presidente segue com a apresentação, Intervenção Pedagógica; Regulamentação do PAS; Regulamentação da prova em larga escala / fundamental; Cargo 40hs Professor Educação Infantil; o Secretário disse que já tem esse encaminhamento, Cargo de Inspetor Escolar; Cargo de Professor de Língua estrangeira; Profissionais de apoio e inclusão/estudantes especiais, “o ano passado a Secretaria conseguiu o aumento dos estagiários, mas não é ainda o profissional de apoio que é necessário”. A Conselheira Clície comenta que foi votada uma instrução normativa sobre o profissional de apoio e encaminhado ao gabinete para dar o Parecer. A Presidente continua: Profissionais de

apoio e inclusão/estudantes especiais; Profissional da saúde/ enfermeiro / para atendimento as crianças e estudantes que necessitam de cuidados de saúde; Implementação das salas especializadas; Adequação da proposta da Escola Ilza de Souza Santos; A Conselheira Clície comenta que se der certo a partir de abril começa a funcionar em período integral. A Presidente continua: “E Livro de Registro de Classe da EI, tem uma demanda de alteração para como está sendo feito no Ensino Fundamental que começou no ano passado e acredito que está sendo ampliado para 2023, uma orientação do Estado, essas foram as demandas do ano passado e a gente tem que adequar para esse ano.” A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta explicando que foram feitos dois encaminhamentos para a PGM esse ano, “o primeiro foi sobre a eleição perguntando se eu, Ana Lucia, poderia participar ou não, como Presidente, por ter sido anteriormente presidente.” O Secretário do Conselho, Luiz, faz a leitura do documento. A Presidente Ana Lucia comenta sobre a questão das reconduções, pois no decreto anterior dizia que quem já estava no conselho antes de 2018 estava reconduzido, mas como a lei era nova, então não era uma recondução, então poderia sim, todos os membros. A Presidente segue a pauta e diz que “no final do ano também foi encaminhado para a PGM, o processo de eleição para o segmento de professores, pois foi questionado pelo sindicato, dizendo que o Conselho não seguiu o edital do Processo de Eleição, então fizemos uma consulta sobre a validade do processo, e a PGM deu o Parecer Favorável sobre o processo de eleição.” O Conselheiro Luiz faz a leitura da resposta da PGM. A Presidente Ana Lucia diz que a Fabíola está devidamente eleita, e que a nomeação está sendo verificada mas faltam algumas indicações, então vai sair todas as nomeações juntas. A Presidente Ana Lucia segue a reunião apresentando o caso de um estudante que era do 2º ano e foi aprovado para o 3º ano, “era um aluno de inclusão, a mãe não concordava com a aprovação pelo Conselho de Classe da Unidade de Ensino, recebemos a documentação para análise do conselho, reunimos a Câmara de Ensino Fundamental e Especial, pela urgência, porque essa criança não poderia esperar até hoje e ficar recebendo faltas, por ser um aluno de inclusão, ele precisa de adaptação, então chamamos a Câmara e fizemos a análise dos documentos em dois dias, e a conclusão foi que essa criança realmente deveria ficar no segundo ano, ele não tinha condições, o departamento de Educação Especial acompanhou todos os problemas apresentados pela escola e pela família.” A Conselheira Clície contribui dizendo que nesse período o aluno fez a troca de medicação duas vezes, a primeira medicação ele tinha dor de cabeça, não se alimentava, a medica teve que iniciar o desmame dessa medicação e fazer a troca, e isso leva um bom tempo, até que se possa perceber que a medicação realmente está fazendo efeito, nesse período teve momentos que ele não ia para a

escola, e teve momento que ele ia e permanecia um pouco, era solicitado para a mãe ir buscar e levar para a casa, ele começou a ter crise de ansiedade dentro da escola, teve poucos momentos de efetiva aprendizagem dentro da Unidade e não permaneceu um período razoável durante o ano letivo, hoje ele não é uma criança com indicativo de uma escola especial, ele tem as condições de uma criança autista, TDHA e TOD, o TOD é o que se sobressai no comportamento dele, teve todo um contexto que trouxeram prejuízo para a aprendizagem, mas não prejuízos de que ele não tem condições de se apropriar, ele tem condições de aprender, ele precisa ter a oportunidade. A Presidente Ana Lucia cometa que o Parecer descritivo estava divergente, pois estava dizendo que ele não tinha condições, mas coloca sim, para o terceiro ano. A Conselheira Mônica coloca que “foi uma questão bem complicada de opinar, pois recebeu a informação documental, bem precária, os registros foram mal feitos, se houve uma discussão nesse conselho de classe, ela não foi registrada, e esse registro, se for para o ministério publico, vai dar muito mais problema, então acendeu várias luzes de alerta, essa criança precisa de atendimento, a mãe não estava levando para atendimento especializado, ele tem direito a isso.” A Conselheira Clicie interrompe e coloca que ele faz vários atendimentos, só não faz a Sala Multifuncional e de Recurso, mas faz T.O, Psiquiatria. A Presidente Ana Lucia explica que ele só não faz a sala de recurso, porque conseguiram para ele muito distante. A Conselheira Mônica continua a fala: “que esse ano consiga essa Sala de Recurso perto, que essa unidade receba uma orientação em relação aos registros, não houve tempo hábil para ouvir alguém da Unidade e isso me angustiou muito, pois é tirar a validade de um conselho de classe, o que fez decidir o meu voto foi porque estava registrado na ata o voto de uma pessoa que eu conheço, extremamente competente e ela pedia a retenção do aluno, isso foi definitivo, como foi colocado pela conselheira Dhebora, com tantos profissionais, formados, capacitados, passaram por um concurso público, não tinha um lá que em algum momento levantou a mão.” A Presidente Ana Lucia coloca que a ata estava incompleta, teria que ter anotação e também os encaminhamentos para o ano de 2023, o que família vai ter de atribuição e o que a escola vai fazer, e a professora enquanto professora. O Conselheiro Luiz faz uma colocação sobre a fala da conselheira Mônica, dizendo que: “parece que a gente não ouviu os profissionais, mas nós não temos que ouvir, mas sim ver o que está nos documentos, os documentos estavam bem incompletos, os pareceres estavam divergentes, a ata pior ainda, salvo a pedagoga que registrou na ata seu parecer, o conselho está aqui para analisar o que tem de documentos, não para julgar e fazer acariação.” A Conselheira Mônica coloca que “por isso acendeu uma luz vermelha, pela necessidade do registro o professor está lá fazendo a discussão, dando seu

parecer, não é o responsável por escrever ata.” A Conselheira Clície complementa que os professores lêem a ata e assinam com concordância. A Conselheira Mônica diz que está no Município há 13 anos e nunca recebeu uma orientação formal em relação a ata, sempre vem do sindicato ou por buscas próprias, e que precisa disso institucionalmente, uma formação para aprender a fazer ata. A Presidente Ana Lucia coloca que é atribuição do secretário fazer a ata, e continua dizendo que “trouxe o caso para colocar a importância dessa criança permanecer no 2º ano, a Câmara aprovou por unanimidade, mas se alguém não concordar, precisa registrar, porque irá fazer um parecer, colocando as atribuições da mãe, e colocar também que isso não será uma rotina, foi esse caso específico, temos um documento que fala que quando o pai não concorda com a educação dos filhos, tem critérios, notas, área de conhecimento, mas a gente não tem documento no caso em que a família não concorda com a aprovação, temos no caso da discordância da reprovação, mas na aprovação, é um direito, então temos que pensar nisso esse ano.” A Conselheira Clície coloca também que em todas as visitas que fizeram na escola, era conversado, não foi imposto, mas era pontuado para que repensasse sobre a aprovação, se seria benéfica, os prejuízos que teriam, e que era importante dar uma oportunidade para essa criança, não determinava, só orientava. A Conselheira Mônica comenta que teve um ano no município em que chegou na escola, e a escola disse com todas as letras que tinha uma cota de reprovação e que eu não poderia reprovar mais do que X alunos, então fez a lista e no dia do Conselho de Classe, pediu para que ficasse consignado em ata que a professora Mônica não concordava com a aprovação, pois os alunos não tinham os critérios mínimos para aprovação. E acha preocupante tanto a aprovação ou reprovação compulsória. A Presidente Ana Lucia retoma dizendo que entrou em contato com a Juliana da documentação e a escola anterior terá que fazer o registro do erro e deixar matriculado no segundo ano, não vai estar lá cursando o terceiro ano e fazendo o segundo, a escola vai ter que fazer a correção para ter esse registro, então pergunta se alguém questiona a aprovação desse aluno, ninguém se manifesta. A Presidente Ana Lucia complementa que também será feita a orientação em relação ao parecer descritivo e a elaboração da ata. Então segue para a próxima pauta sobre o sábado letivo, o ofício solicita a troca do sábado letivo do dia 25/03 para 18/03, devido à participação de servidoras da rede da “imersão pedagógica” no Ateliê Carambola em São Paulo. Elas estarão indo por iniciativa própria. Na Sequência então a Presidente pergunta se os conselheiros aprovam essa alteração do dia 25/03 para o dia 18/03, ninguém se pronuncia contrário. Segue para a próxima pauta, sobre o calendário da Escola da Colina, a qual solicita a retirada de um recesso que foi posto por engano no dia 26/06, A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário a

retirada, ninguém se manifesta contrário. A Próxima pauta é sobre a alteração de horário de duas unidades infantil, Professora Irena Ayres e o CMEI Doce aconchego, essas duas unidades pedem alteração do horário para ficar no mesmo horário das escolas, porque as famílias estão pedindo, a própria SEMED já autorizou, mas eles pedem um parecer do Conselho. O Conselheiro Rodrigo pede para explicar que já houve reclamação dos pais pelo horário estar diferente da escola, mas os também concordaram com o horário das 07:30 às 11:30, gostaram mais do que 07:50 as 11:50. A Presidente Ana Lucia faz a leitura dos ofícios e pergunta se há alguém contrário as alterações, não houve votos contrários. O Conselheiro Rodrigo diz que não é contrário, mas solicita que seja orientado a passar pela Divisão de Estrutura e Funcionamento, e ele não estava sabendo. A Conselheira Angela coloca que também não foi passado para o transporte. A Presidente Ana Lucia diz que então irá fazer o encaminhamento solicitando para que seja passado também para a Divisão de Estrutura e Funcionamento de Ensino e para o Suporte Operacional. Então segue para a próxima pauta, sobre os questionamentos da Conselheira Mônica, a Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício de resposta da SEMED. A Conselheira Mônica questiona se os alunos e inclusão irão continuar sendo atendidos por estagiários. A Presidente Ana Lucia responde que sim, e ainda tem a demanda de falta de professores dentro das unidades. A Conselheira Clície coloca que a lei não descreve quem é o profissional de apoio, diz que a pessoa com necessidades educacionais específicas, tem direito a um cuidador, um acompanhante, acompanhante terapêutico e um profissional de apoio escolar, mas não diz tem que ser um professor especialista, e coloca que os atendimentos especializados dentro da rede acontecem em três lugares: no CAEP, nas Salas de Recurso e nos CMAEs. A Conselheira Mônica diz que não imagina ela com um filho de inclusão, sendo atendido por um estagiário do 2º período. A Conselheira Clície coloca que “a idéia do profissional de apoio, não é que ele vai cuidar da criança dentro da escola, é um apoio junto com o profissional da sala, na região metropolitana de Curitiba tem 2 Municípios que tem 6 especialistas atuando com aluno de inclusão, Pinhais e Araucária, só que Araucária irá terceirizar os cuidados com a criança, porque contrataram uma empresa, e nós não queremos chegar nesse ponto. O estagiário não é o ideal, mas quem dera tivéssemos dentro da rede a possibilidade profissional e orçamentária para contratar profissionais capacitados para estar em todas as escolas, mas a nossa realidade não é essa e não queremos deixar a criança sem suporte, é o que eu tenho para trabalhar. O Conselheiro Luiz contribui dizendo que é a forma de colocar a fala, se colocar que é o estagiário que está atendendo a criança especial, não, é o estagiário, mas tem o acompanhamento de um departamento, tem uma formação. A Conselheira Mônica

coloca que quando era estagiária ela não tinha capacitação e coloca que precisa de anos, ainda mais com inclusão. A Conselheira Marilza coloca que desde 2013/2014, tem formação para os estagiários que fazem o apoio. A Conselheira Leila coloca que o estagiário que vai trabalhar com essas crianças tem que ter um quezinho por essa área, pois há a opção de escolher, “imagino que esses estagiários que estão atendendo devem ter algo voltado para essa área, e quem sabe sejam os nossos futuros profissionais da área.” A Conselheira Clície coloca que tem estagiários que trabalham uma semana, um mês e pedem para sair e em compensação há outros que pedem para ficar porque se apaixonou pelo trabalho, pela criança, pela unidade, “então não podemos subestimar e julgar porque é um estagiário.” A Conselheira Mônica diz que: “não é subjugar, é precarizar, pegar uma mão de obra e transformar em uma mais barata, o estagiário está só para aprender e crescer profissionalmente, e não pegar uma carga profissional que ele irá ter quando estiver formado, diplomado e concursado e tiver todas as responsabilidades.” A Presidente Ana Lucia diz que essa é uma discussão que vai longe e no momento é preciso dar continuidade a reunião. A Conselheira Clície pede para fazer uma última fala e diz que: “a responsabilidade é do professor, o estagiário é o profissional de apoio, o suporte do professor dentro da sala de aula, nossa briga é: não terceirize o aluno para o estagiário ou profissional de apoio, é o professor que tem que tomar para si o aluno que está matriculado na turma dele.” O Conselheiro Luiz pede para ter cuidado com o significado das palavras, “pois se coloca as vezes em uma ata e fica confuso de entender, não dá para colocar que está sendo atendido por um mero estagiário, não é mero, é um profissional que está aprendendo, estagiando, acumulando conhecimento e a SEMED, o Departamento de educação Especial faz a formação desses estagiários, então precisa tomar cuidado quando se coloca em uma reunião, numa pauta ou ata, a forma como se põe, senão parece que está sendo levada a breca as coisas, e não está.” A Presidente Ana Lucia coloca a próxima pauta, sobre os eventos da UNCME, que “em abril terá um evento da UNCME Nacional em São José dos Pinhais, o encontro de Presidentes e além disso o Seminário Nacional do FUNDEB, vai ser feito aqui em São José dos Pinhais, vamos trazer até o Ministro e a Presidente do FNDE, será nos dias 12,13,14 de abril no 3.16, Igreja Evangélica, local para 700 pessoas, e o Estadual da UNCME será em Guarapuava 22 e 23 de maio e o Nacional será em novembro, mas eu não tenho a data, será em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, chegou também a resolução para a gente pagar, todo ano a gente paga a UNCME, então eu trago aqui, para a gente deliberar enquanto conselho e encaminhar, nunca tivemos problemas, a gente sempre paga a anuidade para poder realizar esse evento, para o nosso Município, com mais de 300.000 habitantes a anuidade vai ser R\$ 3.700,00.” A Presidente Ana

Lucia passa para a próxima pauta sobre as correspondências recebidas, e faz a leitura do ofício recebido da Secretaria do Meio Ambiente. A Conselheira Queila diz que gostaria de participar do Conselho do meio ambiente por causa de seu mestrado. A Presidente Ana Lucia pergunta se todos concordam que a Queila seja a representante titular, ninguém se opõe, então pergunta se alguém quer ser o suplente, o Conselheiro Rodrigo se dispõe e ninguém discorda. A Presidente Ana Lucia coloca que em setembro ou outubro, foram eleitas duas pessoas para fazer parte do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, “colocamos de titular a Raquel e de suplente o Anderson, e os dois saíram do Conselho, então precisa de dois nomes, titular e suplente, esses conselhos, não são como os nossos, esses alternam entre titular e suplente.” A Conselheira Marillette se dispõe a entrar, ninguém discorda, e como suplente a Conselheira Leila se dispõe, ninguém discorda. A Presidente Ana Lucia coloca entre as correspondências, que ela participou de Palestra do NUDCAI com o Dr. Carlos Eduardo Masttioli, Juiz de Direito, ele fez uma fala muito bacana, foi muito importante. A Presidente Ana Lucia coloca que foi solicitado para que os outros departamentos também enviem os documentos, pois o Conselho está recebendo só do Departamento Fundamental, e entre as do fundamental que são encaminhados para todas as unidades, tem um ofício da Divisão de Estrutura e Funcionamento, que é importante colocar, sobre a vigilância sanitária. O Conselheiro Rodrigo explica que desde o ano passado a equipe tinha a meta de regularizar as unidades, no final do ano passado foi conseguido regulamentar o alvará de todas as escolas, 58 escolas, hoje há 36 escolas com a vigilância sanitária autorizada, algumas ainda estão recebendo as visitas, o Especial e o Infantil não está nesta lista, porque as escolas não entram com alto risco, então não gera o corpo de bombeiros imediato, então será acionado o corpo de bombeiros a partir de abril, para fazer a regularização das unidades. O Especial e o Infantil geram alto risco, então a partir do momento que alterar o alvará, já vai para a vigilância e o corpo de bombeiros fazer a visita imediata, “estamos indo por partes para dar conta, estamos terminando as escolas, algumas vão precisar de reparo e depois que terminar, a gente vai para o Infantil, para ter ciência, foi comunicado todos os diretores que vão receber a vista da vigilância sanitária a qualquer momento.” A Presidente Ana Lucia coloca que chegou uma correspondência do SINSEP, pedindo para a Secretaria a ata da Eleição do representante, a secretaria encaminhou para o Conselho e o Conselho já devolveu, será encaminhado também a cópia da PGM para o SINSEP, sobre essa eleição. A Presidente Ana Lucia faz a leitura das correspondências recebidas do SINEPE – Sindicato das Escolas Particulares e da ASSEPART – Associação das Escolas Particulares de São José dos Pinhais, a qual solicita que a Rede Municipal de ensino possa seguir a resolução da

SESA nº 0162/05, a Presidente Ana Lucia coloca que isso entra na questão da Deliberação da Educação Infantil, vindo pela questão do nosso público, também tem vantagem, porque aumenta o número de atendimento, depois da pandemia aumentou muito, as famílias ficaram sem condições de pagar escola particular, será encaminhado para discussão na Câmara de Educação Infantil para que a gente possa deliberar na próxima reunião ordinária, vamos pegar mais alguns dados. A Conselheira Leila diz que foi feito uma pesquisa na região metropolitana e a maioria está dentro de 1,50m² e Curitiba também, São José é um dos poucos Municípios que trabalham com 2,20m² no infantil III, e diz que nas demais acredita que não precisa mexer, pois é um espaço que as crianças precisam. “A Rede Particular não tem mais vaga, a ASSEPART representa 26 escolas e todas estão sem vagas no Infantil III, está tendo muita procura de pais vindos com negativa do CMEI, estamos conversando desde julho do ano passado, por isso resolvemos apresentar, pois estamos dizendo não diariamente. A Conselheira Stela contribui dizendo que “realmente nas cidades vizinhas já estão seguindo, mas que há uma diferença entre situação ideal e situação real, e que 1,50m², é viável e seria uma forma de acolher todas as crianças que hoje estão fora do ambiente escolar por conta da escola não poder atender, seria melhor 2,20m², mas isso implicaria em construir mais escolas, então vamos trabalhar com a situação real.” A Presidente Ana Lucia diz que vai encaminhar para um Parecer do Secretário, porque envolve os dois, o público e o privado, “vai também para a Câmara para a gente conversar e analisar, e coloca que no grupo da UNCME isso já tinha sido levantado por Goiás e Minas, se estava acontecendo esta determinação, se todo mundo estava se adequando para poder atender a determinação do STF que está obrigando os municípios, cita exemplo da Presidente de UNDIME, que é de Cascavel e que teve que se readequar e fazer compra de vagas para poder atender, ela abriu duzentas e poucas vagas no compra de vagas para poder fazer o atendimento lá em Cascavel que é quase o mesmo número de habitantes de São José dos Pinhais.” A Conselheira Marillette pergunta se tem alguma pesquisa que diz o tanto que poderia atender a mais. A Presidente Ana Lucia diz que vai fazer essa pergunta para a Secretaria, porque se for pensar que cada unidade, das 44, tivesse uma turma infantil, seriam 44x3, porque são 3 alunos a mais na sala de aula, dariam 130 a mais crianças. A Conselheira Miliana diz que teria que fazer um estudo, porque isso demandaria mais profissionais em sala, entra na questão de teto de gastos. O Conselheiro Rodrigo solicita participar da Comissão do Infantil, porque isso também vai demandar Estrutura, e que desde o primeiro ano em que está na estrutura, já viu a diferença enquanto SESA e a nossa Deliberação, “já tínhamos feito um documento, uma conversa, mas preferimos retirar o documento porque vazou-se, e já estava na

rede que o Rodrigo da Estrutura, estava querendo mudar por conta própria isso, então preferi retirar porque não era o Rodrigo, é uma Lei Estadual maior, estive conversando com o pessoal da documentação e foi pego mais ou menos uma base, hoje temos 61 infantil III, se for de fazer essa mudança, vamos passar a atender quase 200 crianças as mais na rede Municipal, sei que vai demandar profissional, financeiro, mas se a gente for ver também que essas crianças hoje estão sendo pagas pelo compra de vagas, sei que o dinheiro do compras de vagas já é direcionado para isso, e pede para que todo o Conselho quando for para a Comissão, que veja que realmente o real, a documentação, a legislação, e não o que eu acho melhor, ou se eu estivesse lá dentro como seria, temos que ver todos os lados, e não prevalecer apenas uma idéia, vamos olhar bem para não sermos injustos, hoje estou pelo executivo, poderia hoje a todo custo defender essa mudança, porque passaríamos a atender mais crianças na Rede Municipal e na particular, mas entendo a questão dos gastos, profissional, enfim.” A Conselheira Leila complementa falando sobre a questão do compra de vagas e diz que na escola dela tem compra de vagas e provavelmente as crianças que ela atende hoje do compra de vagas, talvez seriam todas transferidas para os CMEIs da redondezas, mas como mãe e vindo as outras mães vindo me procura, não pode ter esse pensamento, e sabe que se forem transferidas para a rede pública, virão outras. A Presidente Ana Lucia coloca novamente que “será encaminhado para a Câmara de Educação Infantil, e na questão do Ensino Fundamental a classificação/reclassificação de alunos, é o que está demandando até no Conselho direto, precisamos se reunir para fazer esse estudo e regulamentar isso, enquanto Conselho, senão a gente vai estar sempre usando a do Conselho Estadual, então a gente já vai reunir para as reuniões essas solicitações e a gente vê depois e analisa a questão de outras, para a gente já começar os trabalhos, peço a colaboração de vocês porque isso demanda, então peço a disposição de vocês para participarem dessas reuniões, além das reuniões ordinárias, terão essas reuniões de Câmaras, as de Câmaras eu não vejo problema de serem on line, vamos estar sempre escaneando os documentos e aquele que demandar um pouco mais, a gente compartilha da decisão da Câmara, pois fizemos uma decisão de que viesse a ata, a gente iria então disponibilizar e ficou registrado que não iria ter problemas, aí dentro da Câmara a gente consegue ver o que pode ser encaminhado para discussões.” O Conselheiro Luiz pergunta se a decisão vai para o Secretário primeiro. A Presidente Ana Lucia responde que primeiro irá pedir o Parecer, “mas já vamos iniciar as discussões na Câmara, vamos solicitar o Parecer e os dados de impacto, a deliberação é para todos que fazem parte do sistema, então temos que fazer a consulta à SEMED também, porque veio das Escolas Particulares, mas preciso lembrar vocês de que se for para o ministério

público, é certo, não tem nem o que discutir, por causa do STF, vamos discutir e levar da melhor forma possível pelo conselho.” A Presidente Ana Lucia pede para o Conselheiro Rodrigo citar as unidades que precisam do Parecer do Conselho, O conselheiro Rodrigo cita a Escola Brincantes, que está com toda a documentação certa para a renovação da oferta da Educação Infantil, o CEI Sitio do Pica Pau Amarelo, autorização do funcionamento e renovação para atender Educação Infantil, documentação já está toda legal. A Presidente Ana Lucia coloca que foi feito análise e está tudo legal com essas unidades, e pergunta se tem alguém contrário, ninguém se manifesta. O Conselheiro Rodrigo coloca também a situação da Escola Angelina Macedo, que a partir desse ano começou a atender Pré I e Pré II, só que não tinha autorização na documentação dela para atender essa demanda, então foi feito junto com a Diretora, toda a junta de documentação, está com o alvará e a vigilância certa, só o corpo de bombeiros que está indo visitar, e precisa regulamentar isso para que as turmas sejam abertas no SERE, sem essa aprovação, essa turma eles vão ser atendidos, “mas vamos ver como vai ficar a questão da matricula deles, os alunos estão sendo atendidos na unidade, mas falta essa regulamentação, eles já tinham, antigamente todas as unidades tinham essa autorização, mas foi cessado todas, algumas temporariamente e algumas definitiva, então tivemos que refazer todo esse processo, então só precisamos da aprovação do Conselho para dar seguimento no processo, e explica que por estar dentro da escola, precisa estar no SERE também, eles não estão irregular, é só para eles estarem no SERE, mas se alguém quiser verificar a documentação.” A Presidente Ana Lucia coloca a situação de um aluno da Escola Exemplar, sobre a data corte, que como já estava matriculado ele poderia prosseguir, conforme o Parecer do Conselho Nacional, não foi apresentado na ultima reunião porque não trouxeram a tempo, a Presidente Na Lucia pergunta se alguém quer fazer alguma colocação, ninguém se manifesta. A próxima reunião será agendada para acontecer no Gabinete da Prefeita, a Presidente agradece a presença de todos e a reunião é encerrada.

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro está ata que será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom of the page. The signature on the left is more complex and cursive, while the one on the right is simpler and more stylized.